

APRESENTAÇÃO

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O SONHO QUE SE TRANSFORMA EM REALIDADE¹⁰

A avaliação institucional das Universidades é um tema em discussão no Brasil, há alguns anos. Reconhecida como uma necessidade por todos os setores envolvidos com a vida universitária (dirigentes, docentes, discentes, sindicatos e governo), encontrava, entretanto, uma grande resistência por parte das Instituições de Ensino Superior. No plano do discurso, a avaliação era uma questão consensual. Não obstante, a sua operacionalização esbarrava nos temores da comunidade universitária de que este processo pudesse ser utilizado pelo Governo para desencadear mecanismos de premiação ou punição, com implicações na alocação dos recursos financeiros. Isto se aplica, principalmente, às Universidades Federais. Cabe destacar que este não é o único fator de resistência à avaliação. Mas sem nenhuma dúvida, tanto na esfera do discurso como da prática, este era o argumento substantivo e capaz de mobilizar vários setores, evitando que o processo fosse implementado. Embora iniciativas isoladas já estivessem em curso, era fundamental tornar a avaliação um processo nacional e irreversível.

Em julho de 1993, após várias discussões, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, resolveu criar a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, com a função de conduzir politicamente o processo de avaliação institucional. Esta Comissão, coordenada pelo Departamento de Política do Ensino Superior da SESu, reúne os variados setores da Universidade Brasileira, através de suas Entidades representativas: ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), ABRUEM (Associação Bra-

sileira das Universidades Estaduais e Municipais), ANUP (Associação Nacional das Universidades Particulares), ABESC (Associação Brasileira das Escolas Católicas), Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Planejamento e Administração e Extensão. Instalada a Comissão Nacional, foi constituído o Comitê Técnico Assessor, composto por especialistas, que têm a função de assessorar a Comissão Nacional de Avaliação, bem como de avaliar os projetos oriundos das Universidades. Com este encaminhamento, ficou clara a posição do MEC neste processo: coordenador, articulador e agente financiador da avaliação institucional, assumindo a postura política de trabalhar em parceria com as Universidades. No segundo semestre de 1993, foram desenvolvidos estudos e seminários, ficando definido na Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras que, até o mês de outubro, cada Entidade membro da Comissão deveria apresentar propostas para a implementação do processo. A ANDIFES, no prazo previsto, apresentou à Comissão uma minuta de Documento Básico para a Avaliação Institucional nas Universidades.

Debatido pela Comissão Nacional e pelo Comitê Assessor, o documento foi enviado às Instituições com prazo de 30 dias para sugestões. Após este período, contando com contribuições resultantes de um processo de discussão, a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras lançou o Documento Básico sobre a avaliação e em dezembro de 1993, a SESu/MEC lançou o Edital convidando as Universidades interessadas a apresentarem projetos para o período de 1994/1995.

¹⁰ Texto de apresentação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), publicado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, em 1994.

Com a aprovação do Comitê Assessor, cinquenta e cinco Universidades estão com projetos de Avaliação Institucional em andamento.

Um tema, objeto de tantas controvérsias, é assimilado pela comunidade universitária, pelo consenso que se estabeleceu entre Universidades e MEC. Este é, sem dúvida, um grande salto de qualidade na vida universitária nacional.

Fundamentada no objetivo de aprimorar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e do Governo das Instituições de Ensino Superior e sedimentada no compromisso social da Universidade, a avaliação se apresenta despida dos seus velhos "fantasmas". Participativa, voluntária, levando em conta as diferenças regionais e a história de cada Instituição, a avaliação se coloca como um processo contínuo, sistemático e de construção de uma CULTURA DE AVALIAÇÃO.

Trata-se de um projeto de avaliação interna e externa que pretende apontar para a Universidade Brasileira melhores rumos a serem perseguidos.

A compreensão e, mais do que isto, a certeza de que os resultados da avaliação não serão computados de forma linear para punir ou premiar, mas sim para promover as necessárias correções, as resistências antes tão fortes, foram se arrefecendo, numa manifestação inequívoca de que a busca da competência acadêmica se estrutura também em valores maiores como liberdade e respeito.

Trabalhando juntos, SESu e Universidades, caminhamos ao encontro da qualidade e do melhor desempenho de nossas Instituições junto à sociedade brasileira.

Murilo Mendes diz "Ninguém moverá para mim a máquina do sonho; eu a moverei". Parafraseando o poeta, ousou dizer que não só conseguimos mover a máquina do sonho, mas o estamos transformando em realidade.

RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ
Secretário de Educação Superior do MEC